

SÉRIE

7

Ries/Pronex

EDUCAÇÃO SUPERIOR E CONHECIMENTO NO CENTENÁRIO DA REFORMA DE CÓRDOBA: NOVOS OLHARES EM CONTEXTOS EMERGENTES

ORGANIZADORES

Sérgio Roberto Kieling **FRANCO**

Maria Estela Dal Pai **FRANCO**

Denise Balarine Cavalheiro **LEITE**

 **ediPUCRS**

ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CONTEXTOS EMERGENTES

VERA LUCIA FELICETTI (UNILASALLE/RS)
BETTINA STEREN DOS SANTOS (PUCRS)

Introdução

A vida em essência é um contínuo de avanços ou retrocessos, de construções ou desconstruções, de ser para fazer, de ir para vir, de estar para mudar, de imergir para emergir... Com a educação não é diferente, esta se insere num processo que tenta superar os desafios do mundo atual. Ela se insere em um panorama que vem de um processo histórico, que parte de um conjunto de conhecimentos educativos preexistentes e que vão sendo transformados nesse processo. Segundo Gonzáles (2011), ela vem de uma Educação Positivista, seguida pela Fenomenológica, Sociocrítica e atualmente constitui-se uma Educação Complexa e Transdisciplinar.

No âmbito da Educação Superior brasileira, outrora destinada somente à elite da sociedade, o escrito acima não poderia ser diferente, visto que ela é apenas um grau de todo o processo educacional, logo, também está em contínua transformação. No entanto, por ser praticamente o ponto final de um processo educacional que vem precedido pela Educação Infantil, Educação Básica, esta composta pelo Ensino Fundamental e

Médio, é responsável pelos profissionais dela oriundos e atuantes nos graus educacionais precedidos.

Os aspectos que caracterizam a transformação da Educação Superior na atualidade, colocam-na em um paradigma complexo levando-a a contextos emergentes. Contextos estes caracterizados como um espaço de transição que envolve conceitos pré-existentes e circunstâncias que se impõem (REDE, 2013). Este entrelaçamento entre o pré-existente e o novo que emerge associado à demanda da globalização é que torna a realidade na Educação Superior complexa. Realidade esta que, além de se ater ao acesso a este grau de ensino, se debruça em aspectos atinentes à permanência daquele que nela ingressou e vislumbra os resultados daqueles que dela egressarem.

Nesta direção, Didriksson (2012) aponta os contextos emergentes na América Latina, inseridos em um sistema de Educação Superior heterogêneo, complexo, em expansão, segmentado socialmente e com alta demanda social. Logo, o acesso se torna pauta inicial de discussão neste capítulo, seguido por aspectos atinentes à permanência. Isto é, o capítulo busca trazer informações que nos ajudam a compreender a realidade dos estudantes no contexto emergente da Educação Superior.

Acesso e permanência

Diversos programas do Ministério da Educação (MEC) do governo brasileiro possibilitam o acesso à Educação Superior mediante a nota obtida na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Entre eles o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Por meio do Sisu, que é um sistema gerenciado pelo MEC, há a possibilidade de acesso às mais de 60 instituições públicas de Educação Superior no país. As notas do ENEM também permitem ao estudante optar por uma bolsa de estudo em uma instituição privada ou comunitária de Educação Superior, por meio do ProUni. Este objetiva conceder bolsas de estudo

integrais e parciais de 50% para estudantes brasileiros sem diploma de nível superior, em instituições privadas ou comunitárias, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Além dos programas supracitados há a reserva de vagas pela Lei de cotas nº 12.711/2012 que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia para egressos do Ensino Médio público, quer seja regular ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA). As demais vagas são para ampla concorrência. Os 50% das vagas reservadas às cotas é assim subdividido: 25% para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e 25% para estudantes com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. É considerado nos dois casos um percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012)

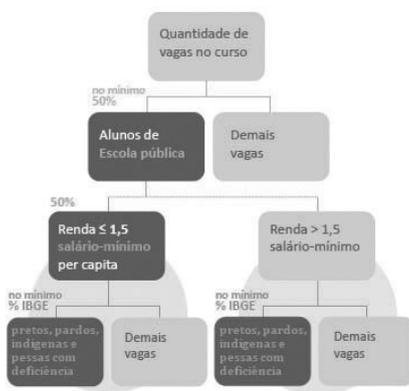


Figura 1. Distribuição das vagas conforme a Lei de Cotas

Fonte: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/cotas/lei-das-cotas.htm>

Com tais incentivos, o número de ingressos às universidades brasileiras duplicou na última década: em 2001 o número total de matrículas

era de 3.036.113, sendo que, em 2013, esse número passou para 7.305.977 e em 2015 para 8.027.297. Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) retratam a evolução do número de matrículas da Educação Superior brasileira em instituições públicas e privadas (RESUMO TÉCNICO, 2018). Portanto, essa mudança implica numa transformação do perfil dos estudantes que frequentam a Educação Superior brasileira.

Ao mesmo tempo, os próprios estudantes quando chegam à Educação Superior vêm de universos heterogêneos, com grande diversidade psicossocial e socioeconômica que precisa ser abarcada em suas especificidades, mas sem afastar-se demasiadamente do ponto de vista coletivo do nível superior.

Neste íterim, no contexto brasileiro, políticas públicas de acesso a esse grau de ensino vêm oportunizando o acesso de um novo e diversificado perfil estudantil na Educação Superior, quer seja ela pública ou não. De acordo com Felicetti *et al.* (2018, p.3) tal perfil é permeado pela “pluralidade social, cultural, racial, cognitiva, ideológica, dentre outras” que estabelecem novas relações interpessoais e novos paradigmas, emergindo assim um novo estudante na Educação Superior. Em outras palavras, têm-se estudantes oriundos de diferentes grupos sociais, incluso os grupos tidos como em “desvantagens iniciais” que segundo Roemer (1998), Felicetti e Morosini (2009, p. 12), “correspondem àquelas que existem independentes do querer de cada um, tais como raça, sexo, idade, deficiências, família ou situação socioeconômica” permeando as Instituições de Educação Superior (IES).

Estudos acerca de contextos emergentes na Educação Superior, envolvendo o universo do estudante, apontam que estes integram um conjunto diversificado de perfis, os quais podem ser caracterizados como emergentes, entre eles: alunos de baixa renda (PERDIGÃO, 2016), de primeira geração (FIGUEIREDO, 2015; PRETTO, 2015; VALENTIM, 2012), alunos surdos (CHIACCHIO, 2014; COLACIQUE, 2013; LIMA, 2012), alunos deficientes visuais (CARVALHO, 2001). Outros estudos têm o acesso a

esse grau de ensino como tema central. E deles emergem estudos que destacam estudantes ingressantes na Educação Superior que são oriundos da classe operária (BARBOSA, 2012), de minorias étnicas (MAIA, 2007; GIANEZINI, 2014), que acessam a Educação Superior via Educação a Distância (CARNEIRO, 2006; LORDSLEEM, 2011) e estudos que abordam o Programa Universidade para Todos (MONGIM, 2010; FELICETTI, 2011; COSTA, 2012; FELICETTI e CABRERA, 2017).

Nesse sentido, atualmente fazem parte da realidade universitária, uma gama muito diferenciada de alunos com necessidades especiais, não somente surdos (ROZEK e MARTINS, 2016), os quais devem ter um atendimento diferenciado para poder permanecer nas instituições de ensino.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016 (INEP, 2018), as matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância por tipo de necessidade especial apontam estudantes com diferentes deficiências matriculados nesse grau de ensino.

A Tabela 1 que segue, mostra a quantidade de estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais e a distância, nas categorias administrativas educação pública e privada, conforme a deficiência especial. Nela é possível observar que dos 35.891 estudantes com deficiência 21.333 estão matriculados em IES privadas. Também se observa que muitos deles têm mais de uma deficiência superando o total geral. As três deficiências com maior quantidade são deficiência física, com 12.775 estudantes, baixa visão com 11.028 e 2.074 com cegueira. Somente quatro das deficiências têm o maior número de estudantes matriculados em instituições públicas de Educação Superior. São elas: baixa visão com 6.123, superdotação com 802, autismo infantil com 132 e 49 surdocegueira. Em todas as demais deficiências as instituições privadas têm maior número de estudantes.

Tabela 1. Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Tipo de Necessidade Especial

	CATEGORIA ADMINISTRATIVA		
	PÚBLICA	PRIVADA	BRASIL
Nº de Alunos	14.558	21.333	35.891
Total de Deficiências *	15.087	21.668	36.755
Cegueira	681	1.393	2.074
Baixa Visão	6.123	4.905	11.028
Surdez	579	1.159	1.738
Deficiência Auditiva	1.816	3.235	5.051
Deficiência Física	4.046	8.729	12.775
Surdocegueira	49	47	96
Deficiência Múltipla	282	478	760
Deficiência Intelectual	444	945	1.389
Autismo Infantil	132	123	255
Síndrome de Asperger	80	153	233
Síndrome de Rett	16	35	51
Transtorno Desintegrativo da Infância	38	65	103
Superdotação	801	401	1.202

*Pessoa com mais de uma deficiência

Fonte: INEP, 2018

Assim, o novo emergente que compreende alunos com necessidades especiais na Educação Superior põe em cena um novo fazer na universidade, o qual exige saberes necessários para a promoção da aprendizagem desse novo alunado. Esse perfil estudantil requer que a ele sejam consideradas as singularidades atinentes a sua aprendizagem, logo, profissionais capacitados são exigidos. Aqui tem a importância do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no caso do aluno surdo, a necessidade de elaboração de materiais em Braille para alunos cegos e demais recursos atinentes a cada especificidade necessária à deficiência. Acompanhando este aporte técnico está a necessidade do apoio por parte de todos os envolvidos na sua formação, quer sejam professores, tutores, monitores ou gestores.

Com relação a cor ou raça apresentamos a Tabela 2. As matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância se mostram da seguinte forma: Total de estudantes brancos é de 3.079.779, sendo 763.328 de universidades públicas e 2.316.451 de universidades privadas. Da raça preta são 485.793, sendo 158.392 nas públicas e 327.401 nas privadas. Da raça parda são 1.928.238, dos quais 532.259 das públicas e 1.395.979 privadas. Da raça amarela são 123.601, 29.270 das universidades públicas e 94.331 das privadas. E os Indígenas são 49.026, 12.348 nas universidades públicas e 36.678 nas privadas, mostrando assim a diversidade de estudantes existentes hoje nas universidades brasileiras segundo cor e raça dos estudantes. Para poder considerar as necessidades específicas, as universidades devem propor espaços adequados para contemplar as diferenças culturais e sociais dos respectivos estudantes.

Tabela 2. Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor/Raça.

COR/RAÇA	TOTAL/BRASIL	CATEGORIA ADMINISTRATIVA	
		PÚBLICA	PRIVADA
	8.048.701	1.990.078	6.058.623
Branca	3.079.779	763.328	2.316.451
Preta	485.793	158.392	327.401
Parda	1.928.238	532.259	1.395.979
Amarela	123.601	29.270	94.331
Indígena	49.026	12.348	36.678
Sem Informação	176.521	61.858	114.663
Não Declarado	2.205.743	432.623	1.773.120

Fonte: INEP, 2018.

Outro contingente tido como emergente na Educação Superior, são os estudantes de primeira geração. Consideramos aqui como alunos de primeira geração aqueles cujo pai e mãe nunca frequentaram a Educação

Superior (CHEN, 2005). Outros autores definem estudante de primeira geração na Educação Superior como sendo aqueles que são os primeiros da família a frequentarem a Educação Superior, ou seja, aqui estão avós, tios e demais familiares (PIKE e KUH, 2005; CHOY, NUÑEZ e CHEN, 2000).

Os estudos de Figueiredo (2015), Pretto (2015) e Valentim (2012), embora não tivessem como cerne estudantes de primeira geração, identificam que os participantes das pesquisas por eles desenvolvidas, eram alunos de primeira geração. Com relação aos achados acerca dos alunos de primeira geração nos estudos de Figueiredo (2015), Pretto (2015) e Valentim (2012), os autores identificam o incentivo da família sendo fundamental, não somente no tocante motivacional para o ingresso na Educação Superior, mas principalmente para a permanência até a conclusão do curso. Esses alunos de primeira geração são oriundos de classes sociais de baixo capital econômico e cultural e têm forte despreparo na Educação Básica.

Questões como sexo, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso à Educação Superior. Para eles, os programas de governo têm contribuído, embora saibamos que ainda há a necessidade de mudanças no que concerne ao quesito acesso, principalmente quando se fala em igualdade de oportunidades. Em outras palavras, a igualdade de oportunidades de acesso na Educação Superior somente ocorrerá quando for dada uma formação na Educação Básica pública, visto que a mesma compreende a maioria dos egressos do Ensino Médio, capaz de responder às exigências mínimas de conhecimentos necessários a este grau de ensino, de modo que, no próximo, as dificuldades não sejam de pré-requisitos.

Características como raça, sexo, idade, deficiências, família, situação socioeconômica ou cultural não podem ser aspectos inibidores na participação, dedicação e comprometimento do estudante para com a sua aprendizagem no percurso acadêmico. Tais “aspectos devem ser superados pelo esforço e/ou habilidades de cada um” (FELICETTI e MOROSINI, 2009, p. 11). Nesta direção, se por um lado, a equidade de acesso está relacionada com a igual-

dade de condições para que o estudante ingresse na Educação Superior, há a necessidade fundamental de se oportunizar condições para o melhor desenvolvimento de competências e habilidades atinentes a esse grau educacional de modo que o comprometimento do estudante e as condições a ele dadas sejam fatores contributivos à permanência e ao sucesso até a integralização do curso e conseqüentemente a conclusão da Educação Superior.

A Figura 1 de Comedian (2017) caracteriza a diferença entre igualdade de acesso e equidade de acesso. A igualdade de acesso coloca todos no mesmo patamar, independente de suas características iniciais, o que dificulta a realização da tarefa em tela, enquanto que a equidade de acesso proporciona condições para que todos consigam por méritos próprios conquistar o que a eles foi proporcionado, isto é, a fruta está ao seu alcance, você pode colher da mesma forma que os demais.

Portanto, a igualdade trata da uniformidade, promovendo justiça e dando a todos a mesma coisa (FROEHLE, 2016). Mas só funcionará se todos começarem do mesmo lugar. Na Figura 1, a igualdade funcionará se todos puderem estar em pé e tiverem a mesma altura o que possibilitará colher a fruta. Na Figura 2, há a necessidade de todos terem a mesma altura para alcançarem os livros. Em ambos os exemplos, a igualdade só funciona se todos tiverem a mesma altura e puderem estar em pé.

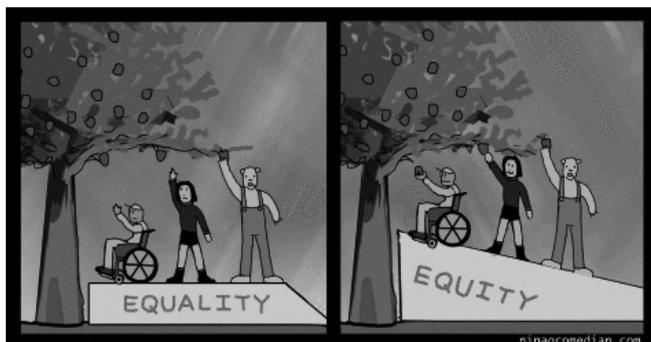


Figura 1. Igualdade vs. Equidade
Fonte: Nina G. Comedian (2017).

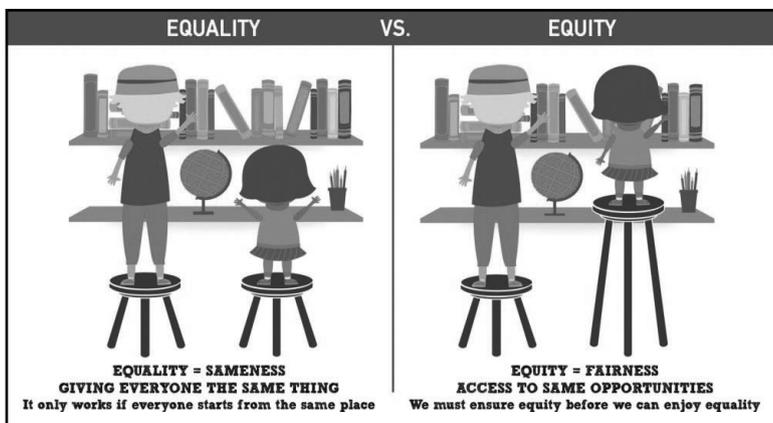


Figura 2. Igualdade vs. Equidade

Fonte: Froehle (2016).

Já a equidade envolve justiça, trata de garantir que pessoas com características diferentes tenham acesso às mesmas oportunidades. Às vezes, as diferenças e/ou a história podem criar barreiras à participação, por isso devemos primeiro garantir a equidade antes que possamos desfrutar da igualdade (FROEHLE, 2016).

Logo, as instituições que criam espaços de atendimento a estudantes tidos como em “desvantagens iniciais” colaboram para que a “fruta” seja colhida com mais rapidez. Nesta direção, tem-se que a equidade de progresso que está relacionada com as habilidades individuais de cada pessoa e a equidade de resultados que está ligada a medidas de apoio e acompanhamento para ajudar os alunos que têm maiores dificuldades, principalmente se estas forem de origem socioeconômica (SANTIAGO, 2008; FELICETTI e MOROSINI, 2009).

Devido ao novo perfil estudantil, quer seja ele inserido no grupo de primeira geração, com necessidades especiais ou desprovidos de capital econômico ou cultural, o processo de ensino e aprendizagem na Educação Superior demanda novas práticas capazes de atender o novo emergente

já instaurado nas IES. Assim, cabe às instituições, desenvolver políticas de permanência que permitam a essa diversidade de estudantes dar continuidade e concluir a sua formação profissional.

O importante na Educação Superior é oportunizar o acesso dos estudantes, a partir de políticas públicas que atendam às necessidades dos diferentes grupos, garantindo o apoio em todas as suas dimensões de forma a promover a permanência e evitando assim a exclusão durante a sua formação.

Oportunizar tutorias, monitorias em trabalhos colaborativos entre Educação Básica e Educação Superior são instrumentos que melhoram a questão do acesso visto que proporcionam condições de melhorias das características iniciais correspondentes a pré-requisitos necessários ao acesso. Assim, um planejamento integrado entre sistemas educacional de nível médio e superior pode colaborar para com a equidade de acesso. Além disso, a “diversificação quanto à oferta de Educação Superior pode acomodar um conjunto variado de alunos, uma vez que a multiplicidade de origem, experiência, aptidão e aspiração dos aprendentes são muitas” (FELICETTI; MOROSINI, 2009, p.13).

Considerações finais

Na sociedade atual observa-se que o acesso às universidades brasileiras se tornou assunto das pautas políticas e sociais, que, a passos lentos, vão ampliando esse debate e mostrando o quão importante é oportunizar o ingresso à Educação Superior para o contexto de desenvolvimento do país. Porém, constata-se que somente o ingresso não é suficiente para a permanência dos estudantes e, nesse sentido, devemos conhecer qual a realidade dos estudantes dos dias atuais para poder suprir as suas necessidades e propiciar um contexto que permita que o estudante permaneça na instituição.

Este capítulo sinaliza algumas informações e dados sobre as diferentes características dos estudantes de século XXI. Estudantes em contextos emergentes como é o caso do Brasil.

A partir de tais informações é possível pensar em políticas públicas que promovam a permanência dos estudantes e o seu comprometimento com a formação e consequente conclusão da Educação Superior. Quando políticas públicas se voltam para a equidade, **não somente de acesso, mas de condições de permanência**, pode-se dizer que o sistema educacional está sendo equitativo ou, de acordo com Felicetti e Morosini (2009, p.21) “Quando os resultados da educação e da formação do alunado não dependem de fatores geradores de “características iniciais” e quando o tratamento em relação à aprendizagem corresponder às necessidades específicas de cada um, pode-se dizer que o sistema educacional estará sendo equitativo.”.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Edson José. *A educação superior e o proletariado: o acesso às universidades pela classe operária no ABC paulista*. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012. Disponível em: <http://btdt.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em 06 de jan. de 2016.

BRASIL, 2012. *LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf. Acesso 01 de jun. 2018.

CHEN, Xianglei. *First Generation Students in Postsecondary Education: A Look at Their College Transcripts* (NCES 2005–171). U.S. Department of Education, National Center for Education Statistics. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2005.

CHIACCHIO, S. S. R. *Saberes Docentes Fundamentais para a Promoção da Aprendizagem do Aluno Surdo no Ensino Superior Brasileiro*. 2014. 219 f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

CHOY, S. *et al.* Transition to college: What helps at-risk students and students whose parents did not attend college. *In*: CABRERA, A. F.; LA NASA, S. M. (ed.). *Understanding the College Choice of Disadvantaged Students: New Directions for Institutional Research*, San Francisco, CA: Jossey-Bass, n. 107, p. 45-63, 2000.

COLACIQUE, R. *Acessibilidade para surdos na cibercultura: os cotidianos nas redes e na educação superior online*. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COMEDIAN, Nina G. Disability, teaching, uncategorized, women ramping up equity. 2017. Disponível em: <https://ninagcomedian.wordpress.com/tag/cartoon/> Acesso em 15 jun. 2018.

CARNEIRO, Wilma Araújo. *Educação a distância: catalisadora do acesso à educação superior na Bahia*. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégica) – Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, 2006. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em 06 jan. 2016.

CARVALHO, Jose Oscar Fontanini de. *Soluções tecnológicas para viabilizar o acesso do deficiente visual a educação a distância no ensino superior*. 245 f. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica e de Computação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em 06 jan. 2016.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2015. [Resumo técnico] – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

COSTA, Fabiana Souza. *O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude*. 201 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

DIDRIKSSON, Axel. Universidad y bien público en la perspectiva de una sociedad democrática del conocimiento. *In*: FUENTE, Juan Ramon de la; DIDRIKSSON, A. (coord.). *Universidad, responsabilidad social y bien público: el debate desde América Latina*. Mexico: Universidad de Guadalajara, 2012. p. 61-97.

FELICETTI, Vera Lucia (2011). *Comprometimento do estudante: um elo entre aprendizagem e inclusão social na qualidade da educação superior*. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

FELICETTI, Vera Lucia; CABRERA, Alberto F. Access to Higher Education: ProUni. In: Focus. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, V.26, n.39. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3289>

FELICETTI, Vera Lucia; CABRERA, Alberto F. Trajectory in Higher Education: ProUni in Focus. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 308-329, abr./jun. 2017. <http://doi.org/10.1590/S0104-40362017002501056>

FELICETTI, Vera Lucia e MOROSINI, M. C. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. *Ensaio* (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 17, p. 9-24, 2009.

FELICETTI, Vera Lucia; PEREIRA, Marcelo Almeida de Camargo; SILVA, Gabriele Bonotto; SZEZECINSKI, Antonio Filipe M. *Contextos Emergentes na Educação Superior: dois universos, alunos de primeira geração e alunos surdos*. No prelo e-book SIES

FIGUEIREDO, Alice Cristina. *Processos de interação e afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto da expansão universitária*. 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 2015.

FROEHLE, Craig. *The Evolution of an Accidental Meme- Medium*. 2016. Disponível em: <http://www.getsmartoregon.org/about-smart/equity/>

<https://medium.com/@CRA1G/the-evolution-of-an-accidental-meme-dd-c4e139e0e4> Acesso em 15 jun. 2018.

GIANEZINI, Kelly Joziane de Mendonça Dorneles. *Educação e sociedade: a expansão do ensino superior jurídico e o acesso de minorias étnicas*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em 06 jan. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior*, 2015. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 22 jun. 2018.

LIMA, P. R. E. A de. *O acesso e permanência de indivíduos surdos no ensino superior*. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

LORDSLEEM, Narcísia Leopoldina Cavalcanti. *Democratização do acesso ao ensino superior: os cursos de graduação à distância na UFRN*. 201 f. Dissertação. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio

Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em 06 jan. 2016.

MAIA, Marcelo Giovanni Batista. *Políticas de acesso a educação superior: o sistema de cotas para negros*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em 06 jan. 2016.

MONGIM, Andrea Bayerl. *Título universitário e prestígio social. Percursos sociais de estudantes beneficiários do ProUni*. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

PERDIGÃO, Denis Alves. O apelo simbólico da Educação Superior como emancipadora do aluno proveniente de famílias de baixa renda. *IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais* – Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

PIKE, Gary R.; KUH, George D. First-and Second-Generation College Students: A Comparison of Their Engagement and Intellectual Development. *The Journal of Higher Education*, vol. 76, n. 3, may/june 2005. (Copyright © 2005 by The Ohio State University).

PRETTO, Flavio. *Ações afirmativas na FAGED/UFRGS: um estudo a partir dos alunos que acessam o LIES*. 2015. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRGS, Porto Alegre, 2015.

REDE SULBRASILEIRA DE INVESTIGADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *EDUCAÇÃO SUPERIOR E CONTEXTOS EMERGENTES* (Ries). *Projeto de pesquisa*. Porto Alegre: Rede Sulbrasileira de Investigadores da Educação Superior, 2013.

ROEMER, J. E. (1998). *Equalizing opportunities (in one country) for human development*. Davis, CA: University of California. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1441472>. Acesso em: 10 abr. 2015.

ROZEK, Marlene; MARTINS, Gabriela Dal Forno. *Inclusão no Ensino Superior: um olhar da Psicopedagogia em relação a estudantes com deficiência e/ou dificuldades na aprendizagem*. ANPEd Sul – 24 a 27 de julho – Curitiba (PR), 2016.

VALENTIM, Daniela Frida Drelich. *Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os descredenciados e o sucesso acadêmico*. 2012. 234p. Tese (Doutorado) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.